

# A BATALHA EM TORNO DO CAIS E O PESO DOS CAPITAIS: UMA LEITURA BOURDIEUSIANA ACERCA DA DISPUTA DOS POSSÍVEIS DESTINOS (E SENTIDOS) DO CAIS JOSÉ ESTELITA, NO RECIFE.

*The battle around the wharf and the weight of capital: a Bourdieusian reading of the dispute over the possible destinations (and directions) of the José Estelita Wharf, in Recife.*

**Bernardo Fortes<sup>1\*</sup>**

## RESUMO

Este artigo reflete sobre a mobilização política em torno do Cais José Estelita, sobretudo nas dificuldades da causa em agregar o engajamento de diferentes classes sociais. Nessa disputa, travada no Recife entre 2012 e 2019, diferentes agentes opuseram visões sobre os possíveis usos do Cais e seus sentidos, buscando impor como mais legítimos seus habitus de classe, que revelam formas específicas de apreciação do terreno. Na cidade, agentes com maior capital econômico pleitearam com outros com maior capital cultural não apenas o destino do Cais, mas a legitimação dos capitais mais importantes, de modo que o Estelita também se constituiu em espaço de disputa de classes e seus respectivos habitus, sendo este um dos possíveis entraves para que o movimento de “intelectuais e artistas” tivesse uma maior diversidade de classe. O sucesso do empreendimento imobiliário sobre seus opositores, por sua vez, deu-se com a apropriação de muitas de suas alegações, isto é, com a domesticação da crítica, que é um dos mecanismos do capitalismo para se justificar e manter.

**Palavras-chave:** Cais José Estelita; classes sociais; capital cultural; campo de poder; fronteiras simbólicas.

## ABSTRACT

This article reflects on the political mobilization around Cais José Estelita, especially the difficulties faced by the cause in obtaining engagement of different social classes. In this dispute, which occurred in Recife between 2012 and 2019, different agents opposed views on the possible uses of

---

<sup>1\*</sup>Universidade Federal da Paraíba. Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (PPGS/UFPB) e mestre em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (PPGA/UFPE). Bolsista CAPES. E-mail: [dinovisky@gmail.com](mailto:dinovisky@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3325-7526>.

the Pier and its meanings, seeking to impose their class habitus as more legitimate, which reveals specific ways of appraising the location in question. In the city, agents with greater economic capital pleaded with others with greater cultural capital not only for the fate of Cais, but for the legitimation of the most important capitals, so that Estelita also became a space for class disputes and their respective habitus, this being one of the possible obstacles for the movement of “intellectuals and artists” to obtain greater class diversity. Additionally, the success of the real estate project over its opponents occurred with the appropriation of many of their allegations, with the domestication of the critique, which is one of capitalism's mechanisms for justifying and maintaining itself.

**Keywords:** José Estelita Pier; social classes; cultural capital; power field; symbolic borders.

## 1.CONTEXTUALIZAÇÃO

A ocupação de uma cidade, desde a formação de seus bairros até a configuração que as residências assumem, não se dá de maneira neutra e espontânea. A formação física dos espaços urbanos expressa as relações sociais de uma sociedade e, conforme contribuições de Caldeira (2008), Kowarick (2009), Pinçon e Pinçon-Charlot (1999; 2007), as relações entre as diferentes classes sociais e as regras que balizam tais relações são um aspecto estruturante da conformação da vida pública e da ocupação e usos dos espaços da cidade. Em face dessa perspectiva, é fundamental entender que a cidade é objeto de disputa entre agentes com interesses específicos, sendo que aspectos de classe permeiam tais interesses.

Essas considerações são importantes para situarmos o presente artigo, que pretende analisar com mais afinco um momento específico da cidade do Recife: trata-se das disputas em torno do terreno do Cais José Estelita, em que diferentes agentes do Recife travaram uma longa contenda com relação a seu destino. De um lado estava o consórcio Novo Recife, formado pelas construtoras Moura Dubeux, Queiroz Galvão, GL Empreendimentos e Ara Empreendimentos, que arremataram o terreno em um leilão realizado em 2008, terreno este com 100 mil metros quadrados, era originalmente pertencente à estatal RFFSA (Rede Ferroviária Federal S.A), no qual intencionava construir 12 torres com 40 pavimentos às margens do Rio Capibaribe, em área central da cidade do Recife. Do outro lado, estavam os militantes contrários ao projeto, a princípio organizados em torno do grupo Direitos Urbanos, criado em 2012, e posteriormente acrescidos pelo Movimento Ocupe Estelita, formado durante a ocupação física mais duradoura do cais, em 2014. Até esse último acontecimento, diversas audiências públicas foram organizadas, sendo a primeira realizada em março de 2012 e requerida pelos próprios membros do grupo Direitos Urbanos.

Somavam-se a esses momentos mais institucionalizados ocupações esporádicas e curtas, anteriores à ocupação mais duradoura do cais, que não tinham a pretensão de gerar maiores conflitos, uma vez que ocorriam no entorno e não na área privada pertencente ao consórcio. Esses eventos, chamados de Ocupe Estelita, eram marcados por um caráter festivo: famílias inteiras compareciam com crianças pequenas e até cachorros. Havia diversos shows, oficinas de arte, yoga e meditação, rodas de diálogo e apresentações simultâneas de vários artistas regionais de renome. Assim, concordamos com a afirmação de Mota Rocha (2021) que aponta que, desde o princípio, os ativistas contrários à construção do Projeto Novo Recife (nome que o consórcio também deu ao projeto) buscaram mobilizar a cultura como um importante instrumento para ampliar o debate sobre o cais. Além disso, acrescentamos que tais eventos também objetivavam criar movimentações significativas o bastante para conseguir acessar os principais meios de comunicação da imprensa local.

No dia 21 de maio de 2014, o espaço interior do cais foi efetivamente ocupado de maneira contínua, situação que se prolongou até 17 de junho de 2014, quando houve uma reintegração de posse efetuada pela polícia militar, em ação bastante questionada e marcada pela truculência policial. Essa atitude mais “radical” dos ativistas foi uma resposta à tentativa, iniciada durante a madrugada daquele dia 21, de destruição dos armazéns que compunham o terreno do cais. Organizando-se através do grupo Direitos Urbanos no *Facebook* e por *Whatsapp*, os vários simpatizantes da causa prontamente apareceram no local e impediram os tratores de derrubarem por completo os galpões, dando, ao mesmo tempo, início à ocupação mais duradoura do cais. Diante desse engajamento, perguntamo-nos: o que despertava tanta energia de certos agentes a ponto de estes, imediatamente após iniciada a derrubada dos antigos galpões de açúcar, deslocarem-se para impedi-la, instalando-se no local em condições precárias e de insegurança e tensão? Vale salientar que, além dos que ocuparam o local, outros ativistas também despenderam tempo considerável de suas vidas buscando diferentes formas de auxiliar a causa.

Dentre as razões que engajaram os participantes do movimento, destaca-se a denúncia de que o projeto seria elitista por obedecer a uma lógica arquitetônica excludente e que compartilhava uma série de aspectos com o que Caldeira (2008) denominou de “enclaves fortificados”, como a antipatia ao entorno, com muros fora da escala humana, guaritas controlando o acesso e uma série de equipamentos de segurança, inclusive, por vezes, com a presença de seguranças armados. Os críticos apontavam que se tratava de um projeto que enfatizava o valor do que é privado e restrito, desvalorizando o público, a abertura, espontaneidade e pluralidade que definem a cidade moderna. Esses eram os princípios mobilizados pelos ativistas e simpáticos ao *Ocupe Estelita*, o que pode ser

sintetizado sob o argumento de “direito à cidade”, como pontuou Mota (2021) – contra a omissão do Estado em regular a influência do capital, sobretudo o imobiliário, sobre o planejamento das cidades, levando espaços públicos a serem alvo de privatizações. Sendo este um dos principais motores de emergência dos diversos movimentos “Ocupe”.

Este trabalho busca aplicar o legado teórico bourdieusiano para levantar possíveis hipóteses para entender as dificuldades vivenciadas pelo *Ocupe Estelita* e seus ativistas, que ao longo de sete anos impuseram derrotas jurídicas e conseguiram mobilizar parte da opinião pública contra o que entendiam como “capital imobiliário”. Porém, foram melancolicamente desmobilizados em 2019, quando o último alvará que impedia a construção das obras foi vencido pelo consórcio Novo Recife.

É fundamental ressaltar que este trabalho foi realizado por meio de uma longa análise de dados coletados, possível graças ao envolvimento do autor em prol da causa aqui tratada. O que incluiu a participação em audiências públicas, passeatas, sessões de produções audiovisuais em torno da temática e nas ocupações, tanto nas mais “efêmeras” (momentos mais “festivos” e mais frequentes), quanto na ocupação mais duradoura.

Vale dizer que, embora a condição de envolvimento tenha, a princípio, ocorrido por razões de engajamento político, ainda assim julgamos ter sido possível realizar uma reflexão não contaminada pela familiaridade; para isso, lançamos mão da ideia *bourdieusiana* de objetivação participante. Wacquant (2006), ao explicar a importância do fazer etnográfico no empreendimento teórico de Bourdieu, coloca que o autor questiona um dos pressupostos da observação participante fruto da etnografia, qual seja, o de que, para que esta seja válida, o pesquisador precisa ter como objeto sociedades distantes e culturalmente diferentes (p. 20).

Ainda acompanhando a reflexão de Wacquant, este coloca sobre a realização do projeto científico que culminou em *A Miséria do Mundo*, que durante a etapa de campo os pesquisadores foram previamente orientados que, mesmo que estivessem pesquisando uma realidade íntima e familiar para eles, a fim de diminuir as relações de violência simbólica e distância social próprias da relação etnográfica, concomitantemente deveriam realizar uma espécie de auto-objetivação, com um esforço para perceber sua própria posição social e o modo como esta afetava a relação, para enfim chegar às condições sociais objetivas dos informantes, conseguindo, assim, uma melhor compreensão das concepções por eles emitidas, uma vez que eles também eram objetivados cientificamente. De maneira similar, através da refletividade sociológica desse método, buscou-se transformar a experiência em dados científicos objetivando uma análise voltada para apreender as

propriedades e condições objetivas de existência que localizam os militantes, o próprio pesquisador e os demais agentes no espaço social – possibilitando assim uma abordagem crítica e distanciada.

## **2. APLICANDO A NOÇÃO DE ESPAÇO SOCIAL BOURDIEUSIANA PARA PENSAR A CIDADE DO RECIFE E A POSIÇÃO DE CLASSE DOS ATIVISTAS DO OCUPE ESTELITA**

A sensibilidade com relação à desigualdade social, argumenta Souza (2016), variou historicamente, passando por fases de maior e menor inflexão. Assim, para o autor, a revitalização da importância da desigualdade foi fruto de esforços da academia, como o de Pikety, que retornou a uma concepção mais polarizada da estratificação. Tal concepção, posteriormente, generalizou-se de forma um tanto vulgarizada: podemos notar, especialmente após 2008, diversos movimentos, como o *Occupy Wall Street*, utilizando-se de um discurso no sentido de buscar mobilizar os “99% mais pobres contra os 1% mais ricos”. Embora esta não tenha sido uma estratégia expressamente assumida pelo *Ocupe Estelita*, esse exemplo parece-nos útil para mostrar a relevância da teoria de Bourdieu sobre classes sociais, sobretudo para refletirmos sobre as dificuldades do *Ocupe Estelita* em se tornar “mais popular”, uma constante inquietação de seus membros. Tanto para Bertonecelo (2009; 2013) quanto para Wacquant (2013), um aspecto central da teoria bourdieusiana sobre classes é seu enfoque no processo de formação de coletividades sociais e o modo com que estas estão diretamente imbricadas em processos de sociabilidade cotidiana. A nosso ver, esse aspecto é nevrálgico para entendermos as dificuldades e contradições do *Ocupe Estelita*, mas também de movimentos sociais com concepções mais polarizadas da estratificação.

Assim, a fim de melhor entendermos a relação entre a formação de coletividades, fronteiras sociais e as classes, é fundamental mobilizarmos o próprio aparato conceitual de Bourdieu, especificamente as noções diretamente interconectadas de espaço social, *habitus* e espaço simbólico (manifestado sob a forma de estilos de vida) –, esta última noção se constitui como signos que possibilitam aos agentes engendrar a constituição de fronteiras entre grupos (Bourdieu; 2017).

Para pensar o mundo social, Bourdieu (2000; 2008; 2017) traz a noção de espaço social, que funciona como um mapa no qual é possível localizar as diferentes posições que os agentes ocupam nesse espaço: cada uma das posições nesse mapa corresponde a uma classe social definida teoricamente (e, por isso mesmo, bem ilustrada como uma posição “no papel”), sendo que as coordenadas que determinam essa posição são definidas em função da composição dos dois principais capitais (econômico e cultural) que o agente detém. Assim, “os agentes têm tanto mais

em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões, e tanto menos quanto mais distantes estejam nelas” (Bourdieu, 2017, p. 19). Grosso modo, podemos dizer que, para o autor, os agentes que ocupam posições semelhantes no espaço social são expostos a condições econômicas e culturais semelhantes, apresentando, com toda a probabilidade, atitudes e interesses aproximados, logo, práticas, concepções e tomadas de posição similares (Bourdieu, 1989, p. 136).

Com isso, podemos ilustrar a influência da posição no espaço social na formação das disposições, gostos e práticas dos agentes colocando que agentes relativamente mais ricos em capital cultural do que em capital econômico, como artistas e professores universitários, tendem a ter opiniões políticas mais inclinadas à esquerda que empresários, cuja composição de capitais, relativamente mais rica em capital econômico e menor em capital cultural, os deixa mais propensos a apoiar a direita. Além disso, escolhas estéticas em matéria de arte, tanto dos artistas quanto dos empresários, expressam suas respectivas tendências políticas. Desse modo, para Bourdieu (2017), a posição no espaço social, que também corresponde a uma classe teórica, diz respeito a um gosto específico e este, por sua vez é condicionado pelo *habitus* de classe, sendo produto das posições objetivas ocupadas pelo agente, isto é, de sua posição de classe, definida pela composição de seus capitais. Portanto, para o autor:

A cada classe de posições corresponde uma classe de *habitus* (ou de *gostos*) produzidos pelos condicionamentos sociais associados à condição correspondente e, pela intermediação do *habitus* e de suas capacidades geradoras, um conjunto sistemático de bens e propriedades, vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. [...] O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas (Bourdieu, 2017, p. 21-22).

Ademais, conforme posto por Bourdieu (2017, p. 30), há uma homologia entre o espaço simbólico, ou seja, entre os estilos de vida, e o espaço social, devido à mediação do *habitus* de classe. Assim, o trabalho de construção das classes sociais corresponde à identificação de agentes com estilos de vida bastante homogêneos, com práticas de gosto e esquemas de concepções similares. Sem adentrar mais profundamente na complexa teoria de classes e da ação social de Bourdieu, para nosso objetivo é o bastante observar que o gosto e a aptidão para determinadas práticas, isto é, os estilos de vida, são estruturados pelo *habitus* e que este, por sua vez, é resultado da incorporação das estruturas sociais da posição ocupada no espaço social – portanto, o gosto é uma expressão da classe (Bourdieu, 2008).

Ter em consideração esse aspecto é imprescindível para entendermos as dificuldades do Ocupe Estelita, uma vez que Bourdieu coloca que a construção de uma classe teórica (identificação de semelhantes por práticas de gosto e por uma estrutura de capitais similar) prediz a maior possibilidade de encontros, simpatias e afinidades em razão do compartilhamento de gostos e de estilo de vida. Desse modo, agentes que, no “papel”, estão mais distanciados, também têm pouca chance de se encontrar fisicamente de maneira espontânea, em razão da incompatibilidade de gostos e de estilo de vida. Mas é fundamental ressaltar que Bourdieu (2000; 2017) coloca que a afinidade de estilo de vida, quando agentes ocupam uma mesma posição no espaço social, não significa, de imediato, que eles constituam uma classe no sentido dado por Marx de um grupo com interesses e objetivos comuns mobilizado contra outras classes. Todavia, justamente devido à potencialidade de afinidades, essa identificação de classe, e a princípio fala-se de uma classe teórica, pode vir a ser mobilizada com mais facilidade, tanto por aspectos de identificação e simpatia devido ao compartilhamento de gostos, quanto pela maior possibilidade de haver interesses comuns em termos de disputas com outras classes.

Em face dessas considerações, Bourdieu afirma que as classes sociais são fruto de um processo de construção, de modo que a passagem da classe no papel para a classe “real” não prescinde de um trabalho de mobilização política. Este, por sua vez, é produto de uma luta de classificações a fim de orientar que a percepção da realidade dos agentes permita o reconhecimento de diferentes classes com interesses específicos e em conflito. A classe é, portanto, resultado de lutas em que os agentes devem construir essa percepção; sem trabalho a classe não existe propriamente, mas sim um espaço social marcado por diferentes posições. Em razão disso, Bourdieu (2017, p. 27) coloca que as classes existem como algo por se fazer, em estado virtual, havendo a necessidade de “lutas para impor a classe como o “princípio dominante da visão e da divisão social”, acima de e contra as alternativas competidoras, como localidade, etnicidade, nacionalidade, gênero, idade, religião etc. (Wacquant, 2013 p. 90).

A partir dessas considerações, podemos pensar o Ocupe Estelita com relação à posição de classe de seus ativistas, que eram frequentemente descritos pela imprensa local como “artistas” e “estudantes” (Mota Rocha, 2021; Arruda, 2017). Porém, os próprios participantes mais ativos frequentemente reconheciam, em diversos momentos testemunhados por Arruda (2017), Mota Rocha (2021) e Teixeira (2015), a necessidade de “furar a bolha” e alcançar outros públicos, sobretudo a população mais “pobre” e “periférica”. Quanto ao perfil dos ativistas, Medeiros e Sá Barreto (2017) comentam que, apesar de sua heterogeneidade, houve, nitidamente, uma grande adesão de setores específicos da classe média compostos por artistas, arquitetos, advogados,

designers, publicitários e estudantes universitários (em boa medida, da Universidade Federal de Pernambuco). Portanto, estamos falando de agentes que certamente, em geral, quanto à composição de capitais, possuíam alto capital cultural.

No que se refere à posse de capital econômico, embora seja um dado difícil de se precisar, é possível inferir que o peso relativo desse capital era baixo em relação ao capital cultural, pelo menos para a maioria dos ativistas. Um indício disso é o fato de que as estratégias de enfrentamento ao consórcio Novo Recife não fizeram uso, de forma ampla, da mobilização desse capital, o qual, muito provavelmente, se estivesse abundantemente à disposição, poderia ter sido reconvertido para potencializar o vasto capital cultural dos agentes, que era frequentemente utilizado através dos eventos e “festivais” e da produção audiovisual. Mas o que de fato se observou foi a existência de uma brigada jurídica composta não por advogados contratados, mas por voluntários, participantes do movimento, e o mesmo vale para os produtores envolvidos com a brigada audiovisual. Além disso, o movimento com frequência realizou financiamentos coletivos para custear a infraestrutura de suas atividades e o caráter voluntário do engajamento sempre foi uma de suas marcas.

A partir desses apontamentos sobre a estrutura de capitais da maior parte dos participantes, com riqueza de capital cultural e pobreza (relativa) de capital econômico, podemos mobilizar o conceito de Bourdieu (2008) de fração dominada da classe dominante para fazer referência aos ativistas, pois, embora nos seja impossível posicionar com precisão esses agentes no espaço social devido a sua heterogeneidade, podemos dizer que estão localizados em posições muito próximas nesse “mapa”, o que pode ser confirmado pela grande propensão ao compartilhamento de tomadas de posição políticas, estéticas e de gosto, enfim, de um estilo de vida. Isso pode ser exemplificado pela própria união em defesa do Cais e em oposição à construção do Projeto Novo Recife, pelos argumentos utilizados e pelas estratégias de disputa e de manifestação mobilizadas.

Antes de tratarmos mais atentamente dessas questões, é importante colocarmos porque, com relação às classes sociais, os agentes com a estrutura de capitais que mencionamos acima são chamados de fração dominada da classe dominante, isto é, porque os produtores culturais ou agentes que ocupam o campo de produção simbólica são assim denominados por Bourdieu. Isso decorre do fato de que, para o sociólogo, o capital cultural, embora represente uma importante arma na disputa entre agentes no espaço social para controlar posições e alcançar mobilidade social, não tem a mesma força que o capital econômico, o qual pode ser convertido mais facilmente em outros tipos de capitais (Bourdieu, 2008). Rocha Mota (2021, p.12) exemplifica essa questão colocando que, enquanto os empresários do consórcio compravam espaço publicitário de cinco milhões de

reais na rede Globo ou investiam em matérias pagas nos principais jornais da cidade, os ativistas basicamente contavam com seu tempo livre, que utilizavam para mobilizar o capital cultural de que dispunham para tentar fazer repercutir seus posicionamentos através de uma produção própria, realizada pela brigada audiovisual e divulgada pelos próprios ativistas nas redes sociais.

Toda essa análise nos leva a traçar um paralelo com a concepção de classes sociais de Bourdieu, que Wacquant (2013, p. 99) qualifica como agonística, uma vez que tanto a ruptura quanto a continuidade social são descritas por Bourdieu como resultado das lutas, que têm papel central em seu pensamento, e não da reprodução, como se tem enfatizado. Wacquant ainda observa que é através da competição entre os agentes que a classe pode vir a surgir como grupo social dotado de consciência e conduta, muitas dessas lutas ocorrendo intensamente entre as classes superiores do espaço social, entre detentores de diferentes formas de capital (econômico, cultural e jurídico, por exemplo) que, apesar de se unirem através de uma espécie de solidariedade orgânica para manter a dominação do campo de poder, também estão em disputa permanente pela imposição do princípio dominante de dominação (Bourdieu, 2020, p. 35). Uma das dimensões dessa disputa, como afirma Wacquant (2013, p. 99), ocorre no âmbito da definição sobre categorias de percepção do mundo social, como veremos mais atentamente em relação à disputa pelo uso que deveria ser dado ao terreno do Cais José Estelita.

### **3. A DISPUTA ENTRE AS FRAÇÕES DO CAMPO DE PODER PELA DEFINIÇÃO DAS CATEGORIAS DE PERCEPÇÃO DO MUNDO SOCIAL**

É a partir da noção bourdieusiana de campo de poder que buscamos entender os agentes que se confrontaram em torno do destino cais, pois, entre os ativistas, havia diversos indivíduos que poderiam ser considerados pertencentes ao campo do poder, devido ao grande poder simbólico que possuíam em suas áreas de atuação, notadamente nos campos jurídico e da produção cultural, e que, por isso, conseguiam exercer influência sobre outros campos, como o burocrático-estatal e o da grande mídia. Sobre a ideia de campo de poder, Saint Martin (2008, p. 60) afirma que é

[...]um campo de forças definido em sua estrutura pelo estado da relação de força entre formas de poder ou espécies de capital diferentes. Ele também é inseparavelmente um campo de lutas pelo poder entre detentores de poderes diferentes, um espaço de jogo onde agentes e instituições, que têm em comum o fato de possuir uma quantidade de capital específica (econômico ou cultural, notadamente) suficiente para ocupar posições dominantes no seio de seus respectivos campos, enfrentam-se com estratégias destinadas a conservar ou a transformar essa relação de força.

Ainda retomando comentários de Wacquant sobre a percepção de classes bourdieusiana, entendemos que Bourdieu sugere que muitos conflitos que, à primeira vista, parecem ocorrer entre agentes que compõem classes dominantes e dominadas são, na verdade, lutas entre diferentes frações da classe dominante. Não obstante, há frações das classes que compõem o campo de poder que ocupam uma posição dominada, como é o caso do campo de produção cultural. Em razão dessa posição particular, os produtores culturais estabelecem uma relação de homologia com agentes que ocupam uma posição, no espaço social, mais desprovida de meios de produção econômicos e culturais (Bourdieu, 2000, p. 152-153). Bourdieu (2000) tece considerações sobre a aliança política entre intelectuais e artistas e as classes dominadas que auxiliam na compreensão das razões que permitem essa “união” entre classes tão distantes no espaço social. Mas o autor, sobretudo, pondera a respeito dessa solidariedade, que é por ele descrita como uma aliança ambígua, na qual os produtores culturais, dominados entre os dominantes, oferecem aos dominados, mediante uma espécie de desvio do capital cultural acumulado, os meios de constituírem sua visão de mundo e a representação de seus interesses (Bourdieu, 2012).

É fundamental ressaltarmos que, segundo Bourdieu (2000, p. 152), para compreendermos a mobilização das classes sem recorrer à “mitologia da tomada da consciência”, devemos observar as lutas travadas pelos “profissionais da representação”. Ao mesmo tempo, para o autor, os agentes que ocupam posições dominadas no espaço social (privados dos capitais econômico e cultural) também ocupam posições dominadas no campo de produção simbólica, no que diz respeito à capacidade de produzir e definir as categorias de percepção do mundo social. Devido a tal posição, esses agentes não têm condições de elaborar uma produção simbólica para exprimir seu ponto de vista e tampouco de objetivar as estruturas que naturalizam as classificações que perpetuam a ordem de dominação do mundo social vigente. Todavia, como visto, existe uma tendência de parte do campo de produção cultural de oferecer aos dominados, por causa da posição dominada que com eles compartilham, os instrumentos de ruptura com as representações que fundamentam a reprodução continuada da distribuição desigual dos capitais. Essa explicação sociológica para a solidariedade entre artistas, intelectuais e classes populares pode demonstrar, também, que a tomada de consciência de classe não surge como algo espontâneo, mas sim como resultado da associação entre os dominados de uma maneira geral no espaço social.

É fazendo uso dessa chave interpretativa oferecida por Bourdieu, então, que buscamos compreender o Ocupe Estelita como um movimento composto, majoritariamente, por agentes possuidores de alto capital cultural, sendo que muitos podem ser vistos como ocupando o campo de poder, uma vez que, dotados de capital cultural e simbólico suficiente para influenciar outros

campos, conseguiram dar uma visibilidade para a causa que em geral outros movimentos sociais têm dificuldade de alcançar, de modo que as ações do movimento repercutiram tanto em importantes meios de comunicação regionais quanto nacionais e internacionais, como o Al Jazeera, The Guardian, Washington Post, El País e BBC. Quanto a esses últimos, Mota Rocha (2021) destaca que as matérias adotavam um tom mais crítico ao Novo Recife, enquanto a imprensa local, por vezes de maneira nítida, mas sempre buscando aparentar uma imparcialidade jornalística, assumiu a defesa do projeto do consórcio, como veremos posteriormente.

É inegável, assim, que o *Ocupe Estelita*, por meio de uma correlação de forças na qual seus integrantes, ao atuarem politicamente, sugerem uma capacidade de pressionar o poder público, é portador de um poder simbólico que, muitas vezes, movimentos sociais sem a mesma composição social não possuem. Para ilustrar isso, temos o caso dos trabalhadores do complexo de Suape, em Pernambuco, que, quando entram em greve, necessitam fazer uso de estratégias impactantes, como fechar rodovias federais ou queimar pneus, em uma tentativa de ser reconhecidos enquanto categoria social pleiteando por direitos (Queiroz, 2015).

É, portanto, tendo em vista a posição ocupada no espaço social por muitos ativistas agregados ao *Ocupe Estelita* que entendemos a maior facilidade do movimento de conquistar repercussão para a causa. Exemplo disso é o fato de que a brigada jurídica do movimento, que contou com Liana Cirne, professora da UFPE que posteriormente, em 2020, foi eleita vereadora; entrou com ações em diversas instâncias do judiciário e instigou o Ministério Público de Pernambuco e o Ministério Público Federal a respeito de uma série de irregularidades concernentes ao projeto (como a falta de um estudo de impacto ambiental, um estudo de impacto prévio de vizinhança etc.) e também de ingerências da reunião do Conselho de Desenvolvimento Urbano, estância municipal responsável por aprovar o projeto – foi pedida sua nulidade, sendo um dos argumentos apresentados a falta de participação da sociedade civil. Além disso, foi pedido o cancelamento do leilão que vendeu o terreno para o consórcio das construtoras, que foi considerado suspeito, sendo inclusive investigado pela Polícia Federal, uma vez que contou com apenas um pleiteante que arrematou o terreno pelo preço mínimo, de menos de 500 reais pelo metro quadrado, montante muito abaixo do valor do metro quadrado na cidade à época. Destacamos, também, uma petição dirigida ao IPHAN a fim de tombar o pátio ferroviário que margeia o terreno do novo Recife, sendo o terceiro mais antigo do Brasil.

Enfim, foram diversas as ações que a brigada jurídica do movimento promoveu com o intuito de buscar outro destino para o terreno que não a construção das 12 torres, e foi justamente no

campo jurídico que o Ocupe Estelita logrou importantes derrotas ao consórcio Novo Recife, pois, se este planejava iniciar a construção do empreendimento em 2014, quando o mercado imobiliário da cidade estava superaquecido em razão da Copa do Mundo, ao ser interpelado judicialmente por tantas ações judiciais, apenas em 2019 pôde finalmente ver-se livre de todos os embargos referentes à obra do condomínio, com um atraso de cinco anos para a construção das obras e com o ônus de necessitar dar início a uma longa e intensa campanha publicitária para justificar o projeto diante da opinião pública após tantas críticas. Tudo isso evidencia como o *Ocupe Estelita* agregou agentes possuidores de elevado capital cultural, que também incluía, mais especificamente, o jurídico; e que gozavam de condições materiais confortáveis o bastante para permiti-los dispor de seu tempo para a causa. Nas próximas linhas, delinearemos o porquê de nossa insistência na composição de classe do movimento.

Assim, para melhor compreendermos o *Ocupe Estelita*, em especial nas dificuldades que enfrentou, é fundamental acrescentarmos uma análise dos esforços da brigada audiovisual e dos eventos-festivais que, como dito, já ocorriam em 2012, mas passaram a ter maior constância durante a ocupação do terreno. O uso da cultura como forma de manifestação e instrumento de mobilização e divulgação da causa, de fato, atraía um número considerável de pessoas. Roger de Renor, personagem folclórico da cidade e ligado ao mangue beat, animava o público, que os organizadores estimaram que em diversos eventos foi de cerca de 5 mil pessoas, para assistir a apresentações de artistas como Karina Buhr, Lirinha, Marcelo Jeneci, Otto, Juvenil Silva, China e Criolo – este último, inclusive, compôs uma música em homenagem ao movimento. Contudo, apesar do envolvimento desses artistas, é importante ponderar que estes não se alinham com o *mainstream*, estando inseridos em um nicho muito específico da música “alternativa”, o que, conseqüentemente, limitava o poder de atração de um público amplo através da cultura. Com isso, temos a questão das disposições sociais do gosto e dos estilos de vida como elemento central para entendermos por que o movimento Ocupe Estelita ficou circunscrito a certa fração da classe dominante.

Arruda (2017; 2021) e Mota Rocha (2021) colocam que os ativistas do Ocupe Estelita reconheciam a dificuldade de agregar agentes de diferentes classes em torno da defesa do cais. Com relação a esse panorama, trazemos a teoria de Bourdieu no intento de compreender o Ocupe Estelita sobretudo no que se refere aos esforços de seus ativistas para ampliar a luta. Entendemos que, na construção argumentativa das críticas ao projeto, houve uma grande dificuldade de trazer, de forma bem evidenciada, argumentos que permitissem que classes sociais mais desprovidas de capital cultural e econômico, portanto, classes sociais dominadas e distantes dos ativistas no espaço social; pudessem identificar-se com a luta a ponto de com ela se engajarem. Assim, embora reconhecida

como uma preocupação do movimento, houve uma dificuldade na construção de percepções sobre a cidade que permitissem a mobilização de agentes dominados no espaço social, sobretudo das comunidades do entorno próximo ao cais. Nesse sentido, colocamos que questões referentes a gostos e estilos de vida, mediados pelos diferentes *habitus* de classes, foram um obstáculo a essa tentativa de engajamento de agentes sociais localizados em posições no espaço social distantes dos ativistas. Ao mesmo tempo, o consórcio também entrou na luta pela mobilização de categorias e percepções de classes e soube manejar esse aspecto para isolar o movimento, ressaltando a distância social, e consequentes diferenças de gostos, práticas e estilo de vida, entre os simpatizantes do Ocupe Estelita e agentes em localizações dominadas no espaço social.

Como aponta Mota Rocha (2021), foi iniciada uma campanha de classificação e formação de percepções através do Facebook, rede social mais popular na época, por meio de uma página chamada “Ocupe-se”, em que se buscava estigmatizar os manifestantes como desocupados, maconheiros, drogados, rebeldes sem causa que estariam atrapalhando o progresso econômico e a geração de renda e emprego de toda uma cidade para que pudessem continuar dispendo de um lugar para o uso de drogas e festas. Assim, concordamos com observações de Mota Rocha (2021, p. 23) sobre o fato de que a condição de classe de grande parte dos manifestantes, estudantes universitários e profissionais com alto capital cultural, mas também com um relativo capital econômico, que os permitia ter tempo livre para se engajarem na causa, foi trabalhada para fomentar uma imagem negativa do movimento. Embora algo difícil de se afirmar, o formato de muitas das manifestações, de caráter lúdico, com pessoas divertindo-se, consumindo bebidas alcoólicas e, em menor medida, outras drogas ilícitas, reunidas em nome de pautas que, a princípio, parecem abstratas e distantes, como o direito à cidade ou a defesa do patrimônio histórico e da memória afetiva da cidade, talvez seja um importante elemento para buscar investigar os porquês de os moradores das comunidades populares do entorno terem se aproximado pouco do *Ocupe Estelita*.

#### **4.MARCAS DO GOSTO E DE ESTILO DE VIDA COMO BARREIRAS: AS DIFICULDADES DO MOVIMENTO EM SE FAZER DIVERSO**

Muitos membros do movimento, sensíveis à necessidade de diversificar os estratos sociais engajados em defesa do cais, incluindo sobretudo as classes populares, a fim de alcançar maior legitimidade e força política, assumiram, por meio da brigada audiovisual, o papel de fazer a agenda do movimento alcançar um maior número de pessoas. Nesse esforço, e também pelo contexto de disputa pela formação de uma percepção do espaço social que permitisse gerar a identificação de

agentes ocupantes de diferentes posições nesse espaço com os propósitos políticos do Ocupe Estelita, foram realizados os vídeos *Recife, Cidade Roubada* (2015) e *Novo Apocalipse Recife* (2015), exibidos na 8ª edição do festival Janela Internacional de Cinema do Recife<sup>2</sup> em 2015. Nessa edição, houve uma sessão totalmente destinada à exibição, seguida de debate, de produções audiovisuais focadas em debater o modelo urbanístico predominante na cidade, visto por todos os presentes, de forma negativa, sobretudo marcado pelo signo da segregação social, mas também pelo desapareço ao patrimônio material. As produções exibidas nessa sessão deram bastante ênfase ao primeiro aspecto, algo que demonstra o nítido esforço em incluir outras classes sociais, sobretudo “populares”, a fim de tornar o movimento mais diverso.

Buscava-se, assim, fomentar uma mobilização por meio da luta pelo direito à cidade, percebido como um interesse e denominador comum que favoreceria esse agrupamento de “classe”. Todavia, o *habitus* de classe da maioria dos manifestantes do movimento foi um empecilho para essa tentativa de mobilização – veremos isso comentando brevemente os vídeos mencionados. É fundamental lembrar, quanto à teoria bourdieusiana, que, ao mesmo tempo em que esta confere importância às ações, práticas e percepções dos agentes, também procura capturar quais são suas fontes sociogênicas, ressaltando, nesse aspecto, que estas são estruturadas pela posição ocupada no espaço social (Bourdieu, 1990; Peters, 2013).

No curta-metragem *Recife Cidade Roubada*, enquanto ouvimos uma trilha sonora tensa e sombria, falas de especialistas, personalidades locais da cena cultural e ativistas são intercaladas com imagens panorâmicas da cidade que mostram os contrastes sociais do Recife, como no caso do luxuoso e imponente shopping Rio Mar contrastando com as palafitas que o avizinham ou de uma cena na qual vemos crianças tomando banho de piscina em um condomínio de elite, com uma favela ao fundo da paisagem. A desigualdade social gerada por um modelo urbano privatista e excludente é o aspecto central dessa obra, que coloca, em uma de suas falas, que o Novo Recife integra um grande projeto urbanístico de benefício dos 1% mais ricos em detrimento dos 99% mais pobres. Tais argumentos enquadram-se no que Boltanski e Chiapello (2009, p. 74-76) chamam de crítica social, que procura superar iniquidades sociais e o individualismo do capitalismo.

Contudo, o curta também traz elementos da crítica que os autores denominaram como estética, que se centra contra a inautenticidade e padronização decorrentes da busca obsessiva pela

---

<sup>2</sup> O *Janela Internacional de Cinema* é um festival recifense, com periodicidade anual, que exhibe produções audiovisuais nacionais, internacionais e clássicas e que vem abordando há algumas edições a questão urbana. O público é composto, geralmente, por universitários e pessoas vinculadas ao campo das artes, sendo considerado um espaço de prestígio do qual os cineastas locais participam ativamente, exibindo suas produções e participando de debates ou minicursos. Trata-se de espaço de debate marcado pela participação de agentes com amplo capital cultural e simbólico.

produção e que levam a uma perda de singularidade que atinge desde os seres humanos até os objetos cotidianos, inclusive obras de arte – dessa crítica emerge o artista livre de vínculos, ou dândi e boêmio, contra o moralismo e o trabalho prescrito em nome do lucro e do capitalismo. Assim, o cineasta Kleber Mendonça Filho, em um momento, coloca que os projetos do consórcio de empreiteiras são como “verrugas na paisagem do Recife” que ameaçam uma paisagem histórica e, até mesmo, impedem que a cidade receba o título de patrimônio cultural da UNESCO. Boltanski e Chiapello apontam que esses dois tipos-ideais de críticas nem sempre convivem harmonicamente – no caso da disputa em torno do Cais, essa dissonância foi bem evidente e, inclusive, pode ser aventada como o grande empecilho para que o movimento alcançasse maior simpatia.

Embora os ativistas reunidos em torno da defesa do Estelita também falassem da necessidade de moradia popular – no início da ocupação do terreno chegou-se a veicular na imprensa que uma das exigências do movimento seria que 30% do terreno fosse destinado para moradias populares –, os aspectos paisagísticos e históricos acabaram ganhando uma maior relevância enquanto argumentos para anular o projeto, ao mesmo tempo em que se criticava o modo de viver oferecido pelos condomínios de luxo: padronizado, “cafona” e avesso ao contato com o diferente. Isso fica muito evidente no vídeo *Novo Apocalipse Recife*, percebido por muitos ativistas, dentre as demais produções, como a de linguagem mais acessível, e que, por isso, assumiria o papel pedagógico de explicar o prejuízo social que a concretização do Novo Recife representaria para a cidade. Essa visão deu-se devido à estratégia de substituir os depoimentos que caracterizavam os vídeos anteriores, de especialistas fazendo uso de linguagens acadêmicas, urbanística, legal e sociológica; por um videoclipe próximo à estética publicitária e televisiva, que realizou uma paródia de uma música famosa do cantor brega Reginaldo Rossi (*Recife de encantos mil*), acompanhada por diversas cenas cômicas e efeitos especiais.

Na sessão em que o vídeo foi exibido, que era voltada especificamente para a temática urbana na cidade, este pesquisador estava presente e destacou algumas falas como significativas para o empreendimento analítico que se pretende neste texto, como a seguinte:

*Integrante do Movimento Ocupe Estelita:* Particularmente, sobre o “Novo Apocalipse Recife”, que foi onde eu participei mais de perto, eu senti esse caráter mais didático-pedagógico que ele tenta assumir. Ele parte de dois reconhecimentos. Primeiro, do cinema como um espaço de privilégio, por uma própria mediação da linguagem mesmo. Segundo, do próprio movimento Ocupe Estelita, como ele tem se dado desde 2012, como um movimento que tem um recorte de classe muito claro, que acho que está um pouco materializado nessa sala aqui agora. Mas eu acho assim, que depois de três anos a gente passa a assumir um sentimento de que a gente não pode mais falar só entre os nossos, e de que a linguagem que a gente tem assumido até agora, que se aproveita muito da linguagem legal, da linguagem

urbanística, da linguagem técnica, ela é classista. Porque se você não passa pela formação que a maioria das pessoas passaram aqui, você não vai entender o que o Estelita está falando. Então eu acho que assumir algumas escolhas, alguns tipos de linguagens como o humor, a paródia, por exemplo, é tentar abrir mão um pouco desse lugar de privilégio e dialogar com outras pessoas. É isso que a espectadora falou, eu realmente não consigo medir o sucesso disso, o quanto a gente conseguiu, mas o vídeo, diferente dos outros, teve mais de um milhão de compartilhamentos. E rolou muito disso, nos comentários em portais de notícias, de gente falando que passou a entender agora.

Nesta fala, é destacada a intenção de procurar uma linguagem mais acessível, capaz de tornar o movimento mais plural em relação às classes sociais e menos “elitista”. Ainda no argumento dessa integrante, isso seria possível por meio de produções com um teor mais próximo da paródia e da publicidade, o que, em seu entendimento, levaria a uma linguagem mais pedagógica, algo que, como será comentado mais adiante, pode ser colocado em questão. No entanto, é inegável que os ativistas mais empenhados de ambos os movimentos que se agrupavam em torno da defesa do Cais tinham consciência de seu recorte de classe e eram muito preocupados em tentar rompê-lo, abarcando classes mais “populares” ou “periféricas”, termos que eram comumente utilizados por eles.

Contudo, apesar de alguns membros acreditarem que o “Novo Apocalipse Recife” tinha conseguido finalmente alcançar o objetivo de dialogar com outras classes, talvez a leitura do sucesso de tal produção audiovisual, por parte deles, tenha sido equivocada, a partir do momento em que ignoravam que diferentes classes não compartilham do mesmo acervo cultural e que, portanto, o entendimento da mensagem não é homogêneo:

*Espectadora:* É bem nessa linha que já foi apresentada, há o discurso mais pedagógico e o de filmes mais parodísticos: com algo bastante pedagógico em “Recife, Cidade Roubada”, mas tem também o “Novo Apocalipse Recife” que é bem pop, bem essa outra linguagem (...) quando o “Novo Apocalipse Recife” começou a rodar, algumas pessoas nos comentários disseram “Pô, agora eu entendi”. O que é muito interessante, né? Talvez seja o filme menos pedagógico, menos explicativo, e você vê esse tipo de comentário: “agora eu entendi”. Queria ouvir um pouco de vocês sobre o funcionamento de uma estratégia mais humorística, parodística e irônica, e essa outra estratégia mais pedagógica, e não sei se até mais professoral. Como é que vocês têm sentido [a reação aos estilos dos vídeos] pela recepção do público, tanto pelas redes sociais, através dos comentários, quanto nos meios que vocês participam também.

Na fala acima, uma das espectadoras do debate reflete que o “Novo Apocalipse Recife” explica pouco e, por isso, exige de quem o assiste uma bagagem prévia de informações referentes ao Cais José Estelita para o entendimento pleno das metáforas utilizadas. As numerosas

visualizações do “Novo Apocalipse Recife” podem ter despertado a atenção de muito mais pessoas para a questão do Cais, mas não necessariamente as muniram de informações acerca dos vários problemas que a construção das torres representa.

Por mais que seja possível inferir, pelas metáforas do clipe, a existência do financiamento de campanhas políticas pelas construtoras ou a destruição do patrimônio pelos prédios gigantes, a explicação didática do processo só é realizada nos vídeos mais documentais. O que se pode acrescentar, a partir da postura dos membros do *Ocupe Estelita* no debate, é que eles levantam uma questão fundamental: a de que a arte pode ser usada como forma de afastamento quando faz uso de figuras de linguagem que exigem, no mínimo, uma escolaridade prévia; ou seja, quando obedece a códigos estéticos próprios do campo da arte que são desconhecidos pela maioria das pessoas que estão distantes dele (Bourdieu, 2008).

Paradoxalmente, quando um membro do movimento tenta explicar o “poder” da imagem em comunicar, e por isso o sucesso do videoclipe, é feito um comentário calcado em metáforas para legitimar a produção, que a princípio era vista como acessível por conta da linguagem utilizada, sem a necessidade de recorrer a referências de outras áreas do conhecimento:

*Integrante do movimento Ocupe Estelita:* assistindo ao filme “Novo Apocalipse Recife”, estava falando dessa reação, né? Eu lembro que teve uma reação nas redes sociais no sentido de dizer: “Ah, agora a coisa desandou”, porque supostamente estava se personalizando a questão, estava se fazendo uma cobrança político-eleitoral, porque colocava como alvo o prefeito da cidade. Mas aí eu discordo disso no seguinte sentido: porque tem, para mim, uma dimensão pedagógica também ao colocar esse personagem mascarado, entendeu? Porque na realidade ele é mascarado. Ele funciona com essa máscara, ele nunca diz o que ele realmente é, ele é sempre uma espécie de robô dentro dessa dinâmica de marketing eleitoral, mesmo quando ele está exercendo já o cargo eleito. Ele nunca para uma campanha. Então, para mim, mesmo que isso não esteja explícito, serviu como reflexão. São imagens que surgem e que de alguma maneira emanam uma percepção ou provocam um desconforto, e esse processamento, para mim, tem uma dimensão pedagógica.

Para Bourdieu (2008), a fruição das classes populares acerca de bens simbólicos está condicionada à sua função e à proximidade que possui com a realidade mais imediata da experiência vivida por essas classes: “O julgamento nunca autonomiza a imagem do objeto em relação ao objeto da imagem” (Bourdieu, 2011, p. 44). Trata-se de um olhar marcado pela ingenuidade e desejo de participação da obra. Por fim, o espetáculo popular se caracteriza por proporcionar a sensação de participação do espectador suscitada pelos recursos espetaculares, como cenários, trajes e músicas envolventes, auxiliados pela comicidade, sobretudo quando auxiliados

pela paródia e sátira em formato de festividade e brincadeiras espontâneas, as quais, para Bourdieu, significam uma libertação das convenções sociais. Esses aspectos que permitem um envolvimento popular certamente estão em “Novo Apocalipse Recife”, com sua linguagem mais próxima da publicitária e parodiando uma famosa música brega facilmente reconhecível entre os recifenses.

Mas, ainda de acordo com Bourdieu, não há uma interpretação universal para os consumos culturais, sendo suas variações relativas à posição de classe que o sujeito ocupa e seus respectivos *habitus* e práticas de gosto, que circunscrevem a forma de fruição. Isso é demonstrado pelo autor nos mais diferentes âmbitos de práticas simbólicas, como a leitura de um jornal, em que geralmente os de maior capital cultural atentam-se mais às notícias internacionais, enquanto os de menor capital cultural às notícias locais; como práticas esportivas, em que o tênis, por exemplo, não terá o mesmo significado para as classes dominantes, para as quais se trata de uma prática levada mais a sério e que faz parte do seu cotidiano, e para as classes populares, para as quais, em geral, é uma prática extraordinária: a frequência, a compreensão das regras etc., tudo isso possibilita distintas interpretações atreladas às diferentes posições de classe ocupadas e suas condições de existência.

À luz dessas reflexões, podemos colocar a fala do membro do Ocupe Estelita como possivelmente contraditória, pois mesmo se referindo ao videoclipe como “pop” e “mais acessível”, sua fala é marcada pelo “distanciamento estético”: os elementos que exalta são justamente aqueles que autonomizam o objeto artístico, seus aspectos formais e as referências neles subjacentes. É possível inferir que uma recepção do videoclipe que atenta mais para a forma que propriamente para as avaliações éticas do conteúdo revela uma situação em que tal conteúdo é tomado de forma autônoma, compreendido em referência ao universo de outras obras e à luz de abstrações, que tomam símbolos da própria obra e permitem a elaboração de alegorias, como no caso da máscara.

A possibilidade de se fazer uma apreciação artística, independente do conteúdo, a partir de uma referência estética, está relacionada a estilos de vida que só são possíveis pelo distanciamento de uma urgência prática ou de necessidades materiais. Portanto, mesmo que haja a intenção de fazer uma obra mais acessível, os elementos mobilizados pelos grupos para fundamentá-la refletem o estilo de vida deles, que é próprio das classes dominantes.

Essas colocações sobre as diferentes maneiras de se entender uma obra de arte, exemplificadas na oposição entre forma e função (Bourdieu, 2011), revelam como tal contraste está relacionado com as diferentes classes sociais, sendo que a disposição estética cuja marca é o primado da forma sobre a função e o conteúdo torna-se possível quando as condições materiais permitem o acúmulo de uma bagagem que está condicionada à “retirada para fora da necessidade

econômica” (Bourdieu, 2011, p. 54). Portanto, a colocação do membro do Ocupe Estelita, de certa forma, revela a posição social dos membros do movimento, uma vez que, mesmo assumindo a preocupação com a procura por linguagens mais acessíveis e menos “classistas”, ao fazer uso de abstrações para explicar e legitimar a obra, demonstra uma proximidade com estilos de vida que permitem a elaboração de um discurso estético de distanciamento, típico das classes dominantes, e a estetização da vida que são marca desse *habitus* de classe.

“Novo Apocalipse Recife” começa mostrando paisagens históricas da cidade (como o Recife Antigo e o casario secular da Rua da Aurora) e, após, surge um homem usando uma máscara com o rosto do prefeito Geraldo Júlio em uma cobertura com uma piscina ao fundo. O “prefeito” estala os dedos e pessoas vestidas de edifícios aparecem ao seu lado, em seguida perseguem pessoas em lugares conhecidos da cidade, como a praia de Boa Viagem. Em diversas cenas, o “prefeito” aparece ostentando uma vida luxuosa, como quando surge deitado em uma boia na piscina enquanto fuma charuto, bebe uísque e se abana com um maço de cédulas de 100 reais, tudo isso vestido com uma sunga apertada com a bandeira de Pernambuco estampada. Enfim, temos uma figura de autoridade sendo satirizada e todas essas peripécias ocorrem enquanto a sátira da música é executada. Por fim, a região do Cais José Estelita, junto a outros pontos históricos, é destruída por um monstro na forma de uma torre gigantesca enquanto a cidade está em chamas, numa referência a filmes clássicos como “Godzilla”, enquanto o “prefeito” comemora com homens engravatados que representam as construtoras do consórcio, em um ambiente genérico de *showroom* de áreas comuns de condomínios de luxo.

Quanto à letra da música, algumas partes demonstram que, dentre as críticas que motivaram os ativistas do movimento *Ocupe Estelita*, também estavam inseridas aversões de gosto e de estilo de vida dirigidos à fração de classe caracterizada pelo predomínio do capital econômico sobre o cultural. Bourdieu (2008, p. 56) coloca que as práticas de gosto, ao mesmo tempo em que unem aqueles que são produto das mesmas condições de existência, também distinguem os que vivem em condições diferentes. São, portanto, um princípio que possibilita classificações: os gostos e as preferências manifestam diferença de existência e servem de marcadores e, embora se pretendam natureza, são na verdade *habitus*, o que reforça ainda mais a aparência de espontaneidade do gosto. Uma vez que “a intolerância estética exerce violências terríveis” (Bourdieu, 2008, p. 87) e que as frações de classes dominantes lutam pela determinação de sua maneira de viver como a mais legítima, partes da letra da música de *Novo Apocalipse Recife* evidenciam essa disputa, como podemos ver nos seguintes trechos da música, por nós selecionados:

O *Novo Recife* é de admirar  
Cada espigão de emocionar  
Do heliporto até a entrada,  
Piscina gourmet e varanda blindada  
Pier exclusivo pra embarcação  
Garagem de tuia pro seu carrão  
Um tremendo centro empresarial  
É bicho, esse é o *Novo Recife*  
Muito cimento, muita cerâmica, muito mármore, muito espelho  
É Miami Beach do Brasil  
Quem vive na praça ou tá na rua  
É urbanista ou é ladrão  
É bicho, nós vamos tirar todos aqueles vagabundos, aqueles jovens que fumam ervas proibidas, em praças públicas, bicho, onde já se viu...  
O cara de Dubai vai ter seus lindos prédios, assim como o cara do Recife, também vai poder cantar.

Os trechos da letra demonstram uma nítida ironia, e também certo menosprezo, com relação às predileções de gosto referentes à forma de morar e viver a cidade das frações dominantes da classe dominante (daqueles, cujo alto capital econômico destaca-se na composição de capitais) e sua preferência, retratada como quase obsessiva, por materiais de construção e acabamentos nobres, aparelhos de tecnologia de última geração e itens que denotam exclusividade. Também é ridicularizada a admiração por cidades símbolos do consumo de luxo mundial, como Miami e Dubai, por parte dos membros dessa elite, que Ortiz (2019) caracteriza como pertencentes ao universo do luxo e mundo dos ricos, o qual, ao mesmo tempo em que se pretende cosmopolita e cada vez mais transnacional, é extremamente provinciano, constituindo-se em universos padronizados circunscritos por iguais.

Essa noção da produção de um espaço com fronteiras que o Novo Recife representa para os ativistas também é alvo de críticas na música, quando vemos que a letra ressalta o verdadeiro mundo à parte em que o condomínio se constituirá. Podemos perceber que a pauta do direito à cidade envolve, também, o combate a um determinado estilo de vida e às formas de consumo que esse estilo abrange, que também podem excluir muitos dos ativistas do Ocupe Estelita, como vimos pela composição do capital destes, uma vez que se tratam da fração dominada da classe dominante – o que pode explicar o nítido ataque que a letra faz a um estilo de vida calcado em um elevado consumo econômico e uma visão negativa da rua, espaços públicos e daqueles que neles circulam.

Arruda (2017; 2020) observa que o sucesso de “Novo Apocalipse Recife”, que teve mais de um milhão de visualizações, foi percebido, pelos ativistas, como um indicativo de que finalmente, com o esforço de “traduzir” para uma linguagem mais popular seus anseios políticos, o movimento caminhava para alcançar as classes populares. Todavia, resgatamos as ponderações de Bourdieu a

respeito do consumo de bens culturais: o sociólogo coloca que, ao contrário da “ilusão do comunismo cultural” (2008, p. 213), que pensa a fruição dos bens culturais como universal e igualitária a todos que tenham acesso a uma dada obra artística, os produtos culturais, sobretudo os que têm preocupações estéticas referentes ao campo artístico, exigem instrumentos de apropriação simbólica, isto é, competências culturais para sua decodificação, de modo que endossamos o comentário de Mota Rocha (2020, p. 39) no sentido de que o refrão “Miami Beach do Brasil” e todas as alusões ao consumo de luxo, se, para alguns, representam uma óbvia ironia referente ao estilo de vida consumista e fútil, para outros pode ser interpretado como algo positivo e símbolo do progresso e modernidade. Portanto, o fato de o vídeo ter “viralizado” não necessariamente significa que foi transmitida, de maneira ampla entre diferentes classes sociais, a mensagem política que os ativistas pretendiam divulgar.

Ao mesmo tempo em que não há garantias de que a mensagem das produções da brigada audiovisual tenha sido eficiente na sensibilização de agentes das classes populares, para que se aproximassem da luta pelo Cais inclusive como partes interessadas, outro possível obstáculo se deu em razão de a pauta do direito à cidade não estar imediatamente vinculada às necessidades cotidianas desses agentes. Essa pauta, portanto, não era apresentada como uma preocupação que pudesse instigar amplamente, nas classes populares, um senso de urgência e necessidade, justamente pelo fato de se tratar de um terreno “sem uso” que, até então, estava abandonado e sem função. Ainda nesse sentido, observamos que a defesa de princípios urbanísticos e estéticos pelos ativistas parecia algo distante para engajar as classes populares, em especial os moradores de áreas próximas ao terreno; sobretudo devido à maneira com que tal defesa era apresentada pelo movimento, assumindo feições abstratas e difusas, sendo um de seus principais argumentos a preservação da paisagem histórica e a possibilidade de usos mais democráticos para a área.

De fato, embora o movimento *Ocupe Estelita* tenha trazido preocupações relativas a uma cidade democrática e se colocado contra a privatização de uma área que deveria ser acessível a todos por sua beleza e importância histórica, essas motivações, por si mesmas, não são suficientes para abarcar uma composição diversa de grupos envolvidos com a causa, pois seu efeito de persuasão e incitação demanda que os agentes estejam motivados por aquilo que Bourdieu (2008, p. 55) denominou de disposição estética. Esta, para existir, requer uma “Capacidade generalizada de neutralizar as urgências habituais e suspender as finalidades práticas, inclinação e aptidão duradouras para uma prática sem função prática”, constituindo uma maneira desprendida da urgência de experienciar o mundo. De certa forma, o *Ocupe Estelita* pode ser interpretado através dessa ótica, afinal, não se pleiteava o terreno para necessidades urgentes como fazem as

manifestações por moradia quando os indivíduos já estão no terreno ocupado, de modo que não é despropositada a afirmação de que não existia um fim imediato para a ocupação. Portanto, percebemos que o alinhamento dos ativistas com preocupações paisagísticas e estéticas – embora estas não fossem suas únicas motivações – e também sua capacidade de dedicar tempo para uma causa mesmo que ela não representasse uma função imediata em suas vidas, davam-se em razão de certos condicionamentos sociais associados a uma condição particular de existência que, por não sofrer tantas restrições econômicas, proporciona uma maior liberdade aos agentes, possibilitando tal doação de tempo, bem como a aplicação da estetização da vida para pensar a própria cidade.

## **5.O CONTRAGOLPE DOS DOMINANTES E A NEUTRALIZAÇÃO DA CRÍTICA**

Por outro lado, é importante ter em mente que a classe dominante necessita mostrar que sua dominação é legítima, produzindo, para isso, o que Weber denomina de “teodiceia de seu próprio privilégio” (Bourdieu, 2020, p. 36-37). O embate entre crítica e legitimação em torno do destino do Cais guarda paralelos com o debate tecido por Michetti (2019) a respeito da aprovação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). A autora destaca que a iniciativa pela criação de uma nova base partiu de “especialistas” e da “sociedade civil”, instigados e financiados por fundações familiares e institutos de empresas privadas e interessados em readequar o currículo das escolas brasileiras a uma nova realidade do mercado. Frisamos que, como observado por Michetti em torno das disputas pela modificação da BNCC, seus partidários, os dominantes em termos de capitais, sobretudo econômico, empenharam-se na legitimação da causa criando espaços públicos de debates, objetivando demonstrar um movimento político democrático e participativo, e, por fim, fazendo uso de embasamento “técnico” de “especialistas”: por se tratar de um debate sobre educação, o capital econômico por si só encontraria dificuldades em tornar legítima e dotada de capital simbólico tal alteração. Nesse sentido, houve debates e seminários públicos – mesmo que criticados pelos opositores quanto ao seu formato, em que houve uma nítida gestão do processo, como limitação de tempo –, sendo estabelecidas alianças estratégicas com referências de universidades estrangeiras dotadas de “lastro técnico-científico”, o que, sem adentrar na influência do capital financeiro, facilitou o apoio da grande mídia. Assim, à primeira vista, a nova BNCC foi aprovada como uma necessidade tecnicamente inevitável e isenta de interesses políticos por parte das fundações.

Considerando tudo isso, a ênfase na participação democrática, ainda que bastante frágil, foi um elemento legitimador da BNCC, assim como a ideia de “bem comum” e de uma mudança que seria impositiva. Tal coaduna com o que afirma Boltansky (2013) a respeito dos dispositivos

gestionários da mudança e da governança, as quais são apresentadas como necessidades imanentes, “impessoais e inexoráveis” (p. 453) justificadas tecnicamente pela gestão da economia que passa a se constituir como “discurso da realidade”. Desse modo, escapa-se das críticas: arbitrariedades de determinados sujeitos não têm visibilidade, mas apenas os argumentos pretensamente neutros acerca daquilo que é necessário para manter os índices, evitar crises e as consequências delas decorrentes, como o desemprego e a estagnação econômica – sendo aqueles que se opõem a essas mudanças apontadas como “foras da realidade”.

Enquanto esses militantes lutavam por ideais “utópicos”, os jornais locais colocavam a necessidade de viabilizar economicamente aquele espaço que até então era um vazio – dessa forma, o consórcio de construtoras surgia assumindo o importante papel de promover a revitalização de uma área antes degradada. E, obviamente, essa defesa se fez legítima por ter sido veiculada não somente como publicidade, mas até mesmo em editoriais dos principais jornais da cidade. Vejamos o seguinte exemplo, de um editorial escrito ainda durante o escalonamento da resistência contra o Novo Recife no *Jornal do Commercio*, no dia 06 de abril de 2012, no qual tal resistência é atribuída a pessoas que ainda não teriam percebido as mudanças necessárias para recuperar economicamente o centro da cidade, o que viria como resultado do projeto:

#### O vazio em torno do cais

(...), uma área praticamente abandonada, servindo de abrigo a uma população favelada. O propósito é construir 12 prédios, criação de praças, ciclovias, bares, restaurantes, quiosques, pista de *cooper*, abertura e criação de ruas para diminuir o impacto do trânsito na área. Como no Rio e todos os grandes centros urbanos que revitalizaram seus portos, o projeto do Recife tem um caráter estruturador para qualquer plano urbano que se queira fazer para a cidade (...) a estrutura urbana do Recife em sua área mais central está completamente alterada, mas parece que algumas pessoas ainda não viram isso. Não viram que a cidade precisa ser repensada e isso exige grandes empreendimentos, como esse que é oferecido para o Cais José Estelita, com repercussão imediata no mercado de trabalho, na qualidade de vida para muitas pessoas que terão oportunidade de se beneficiar com os equipamentos sociais ali instalados, e para toda a cidade, pelo processo de renovação do que está degradado (...) Trata-se, sim, de dar a um espaço degradado a possibilidade de inserção em um grande plano urbanístico, para o qual – aí sim – se deveriam voltar todas as atenções, inclusive desses grupos que se colocam contra o projeto do Cais. Honestamente, não dá para entender essa posição contrária à melhoria do Centro da cidade do Recife.

Além disso, o consórcio atuou de forma muito eficaz ao buscar reforçar o estigma de “desocupados” atribuído aos ativistas. Dessa forma, quando o último alvará de impedimento que proibia o início das obras foi expedido e os ativistas se dirigiram para o Cais na tentativa de interromper novamente as obras, depararam-se com uma multidão de pessoas, alguns afirmando ser

moradores da proximidade, que estavam no lugar à procura de emprego, e, ainda que essa multidão possa ter sido cooptada, como os ativistas tentaram enfatizar, o que nos importa aqui é perceber como as urgências econômicas impediram que tais pessoas pudessem reconhecer-se como partes interessadas naquilo que os militantes colocavam como defesa ao direito à cidade.

Tais fatores dialogam com o desfecho do Cais José Estelita, no qual, por fim, os movimentos antagônicos ao Projeto Novo Recife foram vencidos e a construção das torres foi vitoriosa não apenas pelo uso da força bruta, mas principalmente pelo capital econômico das construtoras e entes públicos interessados no projeto e pela conversão de tal capital em formas de legitimidade técnica – também associadas com o debate mobilizado por Miquetti (2019), Chiapello e Boltanski (2013) e Boltanski (2013) acerca da neutralização e gestão da crítica. Isso porque a Moura Dubeux, com o evidente apoio dos principais veículos de comunicação de imprensa, habilmente desestruturou a crítica de seus adversários, sobretudo quando foram incorporados, ao menos discursivamente, aspectos referentes às críticas estéticas feitas pelos movimentos contrários, especialmente nos espaços de discussão pública, dando a entender que estariam sendo dialógicos.

Por fim, a proposta foi apresentada como um bem comum para o Recife e seus cidadãos, um projeto privado com ares de público, capaz de trazer benfeitorias para a cidade. Por meio de algumas estratégias, as construtoras buscaram se dissociar da ideia de que o projeto obedeceria à simples lógica da procura pelo lucro. Assim, o site da empresa e mesmo um jornal privado<sup>3</sup>, em matéria investigativa, mas claramente publicitária, destacam os “R\$ 90 milhões em obras de mitigação” empreendidas pela Moura Dubeux, incluindo a construção de dois parques públicos – um linear, na frente do rio, e outro na parte traseira do prédio – e de uma ciclovía, o melhoramento da estrutura viária da região e a alegação de que as torres não iriam ter muros. Ademais, foi feita reforma na Igreja de São José, finalizada em março de 2023, e está prevista a derrubada do Viaduto das Cinco Pontas, a fim de reintegrar o Forte das Cinco Pontas à malha urbana da cidade. Tais ações, bem como a mudança de nome projeto, de Novo Recife para Novo Cais, foram empreendidas com o fito de revestir o processo de legitimidade democrática e participativa, sendo os militantes do movimento crítico ao projeto taxados como “radicais” e “anacrônicos”, verdadeiros entraves que não teriam argumentos fortes o suficiente contra a uma mudança vista como necessária e inevitável.

---

<sup>3</sup> SOARES, Roberta. Novo Cais José Estelita: confira novas imagens das obras do futuro sistema viário. Ações mitigadoras totalizam R\$ 90 milhões. In: *Jornal do Commercio, Mobilidades*. 16 de junho de 2023. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/mobilidade/2023/06/15526916-novo-cais-jose-estelita-confira-novas-imagens-das-obras-do-futuro-sistema-viario-acoes-mitigadoras-totalizam-rs-90-milhoes.html>>. Acesso em 04/04/2024.

Nesse sentido, é fundamental observarmos que o capitalismo, para se justificar e resistir a críticas, precisa assimilá-las e satisfazê-las parcialmente, em uma espécie de domesticação da crítica (Boltanski; Chiapello, 2013, p. 61), a qual pode ser integrada em uma relação dialética, de modo a haver no capitalismo uma reorientação dos ideais de justiça e injustiça sem, contudo, serem postos em questão os mecanismos de acumulação e lucro. Podemos situar o sucesso do empreendimento Novo Recife sobre seus opositores dentro dessa lógica, com a apropriação das alegações dos militantes em um mecanismo de duplo funcionamento que, ao mesmo tempo em que é eficaz em deslegitimá-los diante da opinião pública, aproveita-se de muitas das questões por eles colocadas para apresentar argumentos em defesa do “bem comum” – que, em relação ao Cais, seria alcançado somente através de um empreendimento imobiliário economicamente viável, e não de “sonhos” sem lastro na realidade.

## REFERÊNCIAS

- ARRUDA, Bernardo Fortes De Moura. *Eu sempre fui meio à parte: estética e estilo de vida entre jovens de classe média na cidade do Recife*. 2017. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de Pernambuco. 2017.
- ARRUDA, Bernardo Fortes De Moura. Estética, estilo de vida e classificações valorativas entre jovens artistas de classe média na cidade do Recife. In: *Revista Abordagens*, João Pessoa:2020.
- BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. As classes na teoria sociológica contemporânea. In: *BIB-Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 67, p. 25-49, 2009.
- BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. Classes e práticas sociais. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, p. 185-211, 2013.
- BOLTANSKI, Luc. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. In: *Sociologia & Antropologia*, v. 3, n. 6, p. 441-463, 2013.
- BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas Ditas*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
- BOURDIEU, Pierre. *A Distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk, 2011. .
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas: Papyrus editora, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. The Field of Power and the Division of the Labour of Domination. In: *Researching elites and power*, v. 6, p. 33-44, 2020.

CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros: Crime, Segregação e Cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2008.

KOWARICK, Lúcio. *Escritos urbanos*. São Paulo: Editora 34, 2009.

MACIEL, Louise Claudino. *Pode entrar: manifestações de gosto no âmbito da moradia e da decoração das elites culturais na Região Metropolitana de Recife*. 2018. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Federal de Pernambuco. 2018.

MICHETTI, Miqueli. Entre a legitimação e a crítica: as disputas acerca da Base Nacional Comum Curricular. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 102, 2020.

ORTIZ, Renato. *O universo do luxo*. São Paulo: Editora Alameda, 2019.

PETERS, Gabriel. *Habitus*, reflexividade e neo-objetivismo na teoria da prática de Pierre Bourdieu. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 28, n. 83, p. 47-71, 2013.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. Sociologia da alta burguesia. In: *Sociologia*, pág. 22-37, 2007.

PINÇON, Michel Pinçon Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. A teoria de Pierre Bourdieu aplicada às pesquisas sobre a grande burguesia: uma metodologia plural para uma abordagem pluridisciplinar. In: *Revista de Ciências Humanas*, n. 25, p. 11-20, 1999.

QUEIROZ, Pedro Henrique Santos. “O local oculto da produção”: a visibilidade social como campo de disputas e demanda específica nas lutas do trabalho (o caso de Suape-PE). In: *Anais VIII Colóquio internacional Marx e Engels*, Centro de Estudos Marxistas (Cemarx), Unicamp.

ROCHA, Maria Eduarda da Mota. O movimento Ocupe Estelita: O capital cultural na interface entre a política e a cultura. In: *Estudos de Sociologia*, Recife, Vol. 1 n. 27, 2021.

SÁ BARRETO, Francisco; MEDEIROS, Izabella. Culturas do Passado Presente: Um estudo sobre o discurso da novidade e as políticas patrimoniais em uma Recife de três tempos. In: *Anais do 40º Encontro Anual da Anpocs*, 2016.

DE SAINT MARTIN, Monique. Da reprodução às recomposições das elites: as elites administrativas, econômicas e políticas na França. *Revista TOMO*, n. 13, p. 43-74, 2008.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. *A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) — Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

TEIXEIRA, Cristina. *O cinema militante da Brigada Audiovisual do Ocupe Estelita*. Recife: Mimeo, 2015.

WACQUANT, Loïc. Poder simbólico e fabricação de grupos: como Bourdieu reformula a questão das classes. *Novos estudos CEBRAP*, p. 87-103, 2013.

WACQUANT, Loïc. Seguindo Pierre Bourdieu no campo. *Revista de Sociologia e Política*, p. 13-29, 2006.

## Documentos

DIREITOS URBANOS RECIFE. *Editorial JC - O vazio em torno do cais*. 07 de abril de 2012.

Disponível em:

<<https://direitosurbanos.wordpress.com/2012/04/07/editorial-jc-o-vazio-em-torno-do-cais/>>. Acesso em 04/04/2024.

SOARES, Roberta. Novo Cais José Estelita: confira novas imagens das obras do futuro sistema viário. Ações mitigadoras totalizam R\$ 90 milhões. In: *Jornal do Commercio, Mobilidades*. 16 de junho de 2023. Disponível em:

<<https://jc.ne10.uol.com.br/colunas/mobilidade/2023/06/15526916-novo-cais-jose-estelita-confira-novas-imagens-das-obras-do-futuro-sistema-viario-acoes-mitigadoras-totalizam-rs-90-milhoes.html>>. Acesso em 04/04/2024.

## Licença e Direitos:



Este trabalho está licenciado sob uma licença [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).